



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I PREGÃO Nº 40/2019 - ELETRÔNICO

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de BANCADA COM PÉS (CAVALETE) DOBRÁVEIS PARA TESTE E MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS, doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. Os materiais serão alocados novas instalações do Depósito de Urnas bem como para substituir materiais nos Cartórios Eleitorais do interior do Estado.
3. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, conforme condições do Edital, deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II - DO REGISTRO DE PREÇO

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:
 - a) ocorrer demanda inesperada para anos eleitorais, visando atender às necessidades de Cartórios Eleitorais.
 - b) ocorrer demanda inesperada para anos eleitorais para atender outras unidades da Federação.
2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o material que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.
 - 2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
 - 2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do(s) material(is), dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.
3. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO III - DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo. Considerando o modelo e projeto do TRE/SC às fls. 8 a 11, segue abaixo as especificações do material.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	
ITEM	DESCRIÇÃO
1	<p>BANCADA COM PÉS (CAVALETE) DOBRÁVEIS PARA TESTE E MANUTENÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS</p> <p><u>Especificações:</u></p> <p>- <u>Tampo em MDF</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões: Conforme anexo Ib: 200cm de largura X 100 cm de profundidade X 8,85 cm de altura.• Estrutura: em MDF tipo standard com espessura de 25mm;

- Revestimento: em laminado melamínico de alta pressão texturizado, na cor argila (inclusive o fundo, até a saia metálica);
- Laterais maiores com acabamento em post forming 180°;
- Laterais menores com fita em abs na cor argila, com espessura igual a 2 mm, colada a quente;
- Saia metálica: perfil "L" em aço galvanizado, com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi na cor preta, largura igual a 2 ½" (duas e meia polegadas), espessura igual a 1/8" (um oitavo de polegada), parafusada ao tampo da mesa (parte inferior);
- Canaleta para tomadas em PVC, 50X50mm, na cor cinza;
- 6 Tomadas duplas, num total de 12 tomadas: tomada 10A/250v para caixa 4x2", tomada dupla 2P+T, horizontal, de embutir em móvel, na cor cinza grafite, conforme NBR14136;
- Cabos elétricos: flexíveis, diâmetro conforme projeto, material condutor cobre, isolamento em PVC, tensão de 750V, conforme norma técnica pertinente.

- **PÉS (CAVALETES)**

- Deverá ser pivotante e fixado sob o tampo dobrando em um ângulo de zero grau quando para armazenamento e descendo em 90 graus para utilização;
- Dimensões: Conforme Anexo Id – 87 cm de altura;
- Estrutura em tubos de aço galvanizado com diâmetros de 1.1/2" (uma e meia polegadas) x 1,9 mm (um vírgula nove milímetros) e 1.1/4" (um e um quarto de polegada) x 1,2 mm (um vírgula dois milímetros), com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi na cor preta;
- Sistema móvel de contraventamento, conforme projeto;
- Sapatas de borracha na cor preta, em forma de copo.

UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Unidade	100	R\$ 3.235,02	R\$ 323.502,00

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1.2. Após a lavratura da Ata de Registro de Preços, serão requisitadas de forma imediata 81 (oitenta e uma) unidades do mobiliário.

2. Os materiais deverão ter prazo de garantia do fabricante de 01 (um) ano, iniciando-se na data do recebimento definitivo dos mesmos, com vigência durante o período de garantia informado pela empresa.

2.1. A empresa fornecedora deverá entregar, juntamente com cada item ou lote de material adquirido, o respectivo certificado de garantia.

2.2. Durante o período de garantia deverá ser prestada a assistência técnica aos materiais adquiridos, nos termos da legislação aplicável aos direitos do consumidor e do certificado de garantia (no que não conflitar com as regras fixadas neste Termo de Referência).

2.3. A empresa fornecedora deverá informar canal de contato para abertura de chamado para assistência técnica, que deverá ser, preferencialmente, via telefone ou outro meio que possibilite o registro de número de protocolo de atendimento, com a respectiva data de registro.

2.4. O prazo para atendimento aos chamados para prestação de assistência técnica será de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO IV – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

1. A análise das propostas será realizada pelo Pregoeiro, auxiliado pela unidade técnica solicitante (SEVIN), visando à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo do produto ofertado.

2.1. A licitante poderá indicar, também, site(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

3. O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar às licitantes informações sobre os produtos ofertados, inclusive catálogos, utilizando a ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

4. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

5. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através do próprio sistema COMPRASNET.

5.1. A critério do Pregoeiro, poderá ser elaborado relatório de análise das propostas, cuja síntese será informada às licitantes na forma indicada na cláusula 5 ou através do sítio eletrônico do TRE-MS (www.tre-ms.jus.br).

6. Para fins de análise e aceitação de proposta, o TRE/MS exigirá da empresa classificada em primeiro lugar a apresentação de amostra do material cotado, com vistas à verificação do atendimento às exigências formuladas neste Termo de Referência.

6.1. A amostra consistirá em 1 (uma) unidade do equipamento, devidamente montado, de mesma marca e modelo do material ofertado na licitação.

6.2. Admitir-se-á a apresentação como amostra de produto já em uso (mostruário de show-room, por exemplo).

6.3. A amostra deverá possibilitar a verificação das características gerais exigidas neste Termo de Referência, em especial quanto à qualidade do material ofertado.

6.4. O prazo para apresentação da amostra será de no máximo 7 (sete) dias úteis, que iniciar-se-á com a convocação da empresa pelo Pregoeiro.

6.5. A amostra deverá ser apresentada no Depósito de Urnas do TRE/MS, localizado na Rua Júlio de Castilho, n.º 331, Vila Alba, CEP: 79100-005, Campo Grande/MS, com acesso pela rua lateral (Vespasiano Martins).

6.6. A entrega da amostra deverá ser agendada com o responsável pela unidade, por meio do fone (67) 2107-7130.

6.6.1. A critério do TRE/MS, e por solicitação da empresa ofertante, a verificação da amostra poderá ser realizada em show-room da empresa, localizado em Campo Grande, ou, ainda, em sede de empresa/órgão público, localizada em Campo Grande, para o qual a empresa ofertante tenha fornecido previamente (neste caso, a empresa ofertante deverá obter autorização da empresa/órgão para que seja realizada a verificação dos materiais).

6.7. A análise da amostra será realizada pelo Pregoeiro Oficial, auxiliado por servidor(es) lotados na SEVIN do TRE/MS.

6.8. É facultado à empresa participante o envio de representante para acompanhar a análise das amostras encaminhadas.

6.9. O Pregoeiro, com base no resultado da análise da amostra encaminhada, decidirá pela aceitação do material ofertado.

6.10. Caso ocorra a reprovação da amostra encaminhada, caberá à licitante retirar o material no prazo máximo de 30 (trinta) dias

6.10.1. A disposição constante na cláusula anterior (retirada em trinta dias), visa à disponibilização do espaço disponível para guarda de materiais do almoxarifado do TRE/MS.

6.10.2. Os custos com a retirada das amostras ficarão a cargo da empresa.

6.10.3. Caso a retirada não ocorra no prazo indicado na cláusula 6.10, o TRE/MS dará as amostras o destino que entender pertinente.

6.10.4. A análise realizada pelo Pregoeiro durante a sessão pública, bem como a da amostra eventualmente apresentada, não implicam na obrigação de aceitação dos materiais pelo TRE/MS, sendo que por ocasião do recebimento provisório será verificado o atendimento às especificações exigidas, recusando-se material que não atenda ou que seja de baixa qualidade.

CAPÍTULO V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Os materiais deverão ser entregues no Depósito de Urnas do TRE/MS, localizado na Rua Júlio de Castilho, n.º 331, Vila Alba, CEP: 79100-005, Campo Grande/MS, com acesso pela rua lateral (Vespasiano Martins).

1.1. A entrega dos materiais deverá ser agendada com o responsável pela SEVIN, por meio do fone (67) 2107-7130

1.2. A entrega de materiais, e montagem, se necessária, deverá ser realizada no horário de 12h às 17h e 30min, de segunda à sexta-feira.

1.3. A critério do TRE/MS poderá ser autorizada a entrega e montagem em horário e dia diversos dos indicados na cláusula 1.2.

1.4. Caso haja a anuência da contratada, o produto entregue como amostra para fins de aceitação de proposta será considerado como entrega parcelada do objeto, ocasião em que o TRE/MS promoverá às suas expensas o encaminhamento da bancada ao seu destino final.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O recebimento dos materiais ficará a cargo de servidores lotados na SEVIN e será realizado conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com todas as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de montagem, se necessária, ou de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total;

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto nesta cláusula, aplica-se o disposto nas cláusulas 3 a 5 deste Capítulo.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em no mínimo 2 (duas) vias e conter a indicação do material, conforme a discriminação da Nota de Empenho, marca/modelo, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização, e/ou do recebimento do documento fiscal (o que ocorrer por último).
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e em666presas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços (minuta constante do Anexo II deste Pregão).

CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
6. Requisitar a prestação de serviços de assistência técnica durante o período de vigência da garantia dos materiais.

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.
5. Prestar assistência técnica durante o período de garantia dos materiais.